

um debate com o deputado Barros Munhoz, que, confesso, tem uma veemência e uma oratória que não vou ter a pretensão de me igualar. O deputado fez uma comparação entre o que acontece em São Paulo e em Brasília. Na citação, falou os partidos que fazem oposição em Brasília, como o PPS, o PSDB e o DEM.

É oportuno, de fato, que discutamos isso. Vou me ater a algumas questões dessas observações sobre Brasília. É verdade que durante do Governo FHC o Brasil não tinha o grau de investimento e que durante o Governo Lula chegou a tê-lo, num processo que, até aquele momento, todos considerávamos saudável, apesar de ser oposição ao governo. Significava que o Brasil vinha caminhando num processo que começou com a estabilidade econômica, dada pelo Plano Real, dando sequência a um conjunto de reformas, continuadas, em parte. Isso permitiu que o Brasil apresentasse uma condição de solidez que atingiu o grau de investimento.

Também é verdade que tudo isso estamos perdendo - e de maneira muito acelerada. Não sou daqueles que acham que devemos ficar atentos ao que pensam as agências internacionais. Muitas vezes, essas agências dão pareceres que não se confirmam. Mas não podemos desconhecer que o mundo está globalizado, que o Brasil e a sua economia estão inseridos nesse mundo e que muitos investidores, que podem trazer para cá capital importante, vão olhar a análise dessas agências.

Tanto isso é verdade que o próprio presidente Lula, quando o Brasil atingiu o grau de investimento, festejou isso como uma conquista do seu governo. Como tudo que aconteceu neste País, nos últimos anos, era festejado como uma conquista do seu governo. Não fomos nós, o presidente Lula festejou isso como uma conquista do seu governo.

Independentemente de acreditarmos ou não nas agências internacionais, não podemos desconhecer a situação que o País está vivendo. O deputado Aírton esteve aqui, usou da tribuna e fez referência: anda nas ruas e vê o preço da gasolina subindo, o preço da energia subindo, o preço de tudo subindo. A inflação está beirando os perigosos dois dígitos. Vossa Excelência sabe disso porque, como eu, tem origem no movimento sindical e sabe que a pior coisa para os trabalhadores é a inflação. Lutamos muito tempo no período da inflação: era reajuste anual, reajuste semestral, reajuste trimestral. E chegamos a pedir que o salário fosse indexado diariamente e, mesmo assim, os trabalhadores - aqueles que vivem do salário - perdem. A inflação é a pior coisa que a gente pode ter para o país e para os trabalhadores - e ela está aí batendo as portas de todos nós.

Por outro lado, é negável, independente das agências, que nós temos uma situação de déficit que muitos festejam. Olha, nós estamos tendo déficit, mas o déficit foi para pagar o Bolsa Família e o salário dos aposentados que cresceu um pouco mais.

Primeiro, não é verdade que foi só para isso. Utilizou-se dinheiro das pedaladas também para financiar grandes empresas. O dinheiro não foi só para o Bolsa Família. Mas o problema não é esse. O Bolsa Família é um programa importante, mas se você não faz isso dentro da responsabilidade fiscal do equilíbrio do orçamento, a conta vai vir depois - e a conta vai vir para os trabalhadores e para a população, como já está vindo. A conta vem para os que mais precisam.

Para quem ganha muito, tira de letra uma inflação de 10 por cento. Para quem está aplicando dinheiro no mercado financeiro, está uma maravilha: tem uma inflação de 10, mas tem juros de 14% ao ano. Então, está protegido. Para o trabalhador que recebe salário, para aquele que recebe o Bolsa Família, o aumento não vai acompanhar e não vai compensar o que ele está perdendo com a inflação.

É disso que nós estamos falando: de uma realidade que a nossa população sente no bolso. É por isso que nós temos dito com muita clareza: precisa mudar tudo o que está acontecendo em Brasília porque a situação está ficando muito difícil para o país.

O governo federal e o governo do presidente Lula festeram o empréstimo consignado como uma grande conquista dos trabalhadores. É verdade: o empréstimo consignado é uma coisa boa - se fosse feito a juros baixos. O máximo dos juros, até dois meses atrás, era de 2,14. A presidente Dilma autorizou passar para 2,34 em um momento que isso não precisava ser feito. Nenhum banco iria deixar de fazer consignado se continuasse 2,14. Alguém pode dizer: 0,2% a mais. Isso dá 3% ao ano.

Eu não tenho o número atualizado de quanto tem de empréstimo, hoje, no INSS. Em outubro do ano passado, o Brasil tinha 245 bilhões de consignado; 140 bilhões de servidores públicos; 70 bilhões dos aposentados do INSS. Três por cento de 70 bilhões são 2 bilhões ao ano no bolso dos banqueiros sem precisar.

Não há nenhuma razão econômica que levasse a isso. Todos os bancos continuariam emprestando consignado porque a 2,14 é o melhor negócio que eles podem fazer sem inadimplência.

É disso que nós estamos falando. Por que essa decisão foi tomada? Ninguém falou isso. As Centrais, infelizmente, não falaram; os Sindicatos de trabalhadores e de aposentados também não falaram.

Eu fiz a conta só do INSS. Se essa mudança tivesse sido feita no momento em que os trabalhadores estão com uma situação de folga, ninguém iria correr atrás do consignado. Mas está todo mundo em uma situação de dificuldade. A inflação subiu e o salário não está conseguindo chegar até o final do mês. Quem tinha um consignado, houve uma ampliação do prazo nesse período também. A pessoa já pagou 30% da sua dívida. Ele tem a oportunidade de pegar um novo empréstimo por um prazo maior, quitar o que ele tinha e ainda sobra uma parcela. Isso acontece invariavelmente, todo dia.

Os trabalhadores trocam a dívida. O que vai acontecer? Os trabalhadores, os aposentados do INSS vão trocar uma dívida que era de 2,14% ao mês por uma dívida de 2,34%, mais cara, dada a crise que eles estão passando. É disso que estamos falando.

Não podemos concordar com isso que está acontecendo no governo federal. Os deputados já colocaram e eu acrescento esses dados. Em São Paulo, por outro lado, o que temos acompanhado - e é o orçamento que estamos votando? É um orçamento que tem equilíbrio, é um Estado que mantém o pagamento das suas obrigações, é um Estado que ainda mantém investimentos, o que é importante. Andamos pelo Estado e vemos obras acontecendo. Tudo isso mostra a importância do equilíbrio. Não é porque tem uma agência, embora exista uma repercussão do que ela fala nos investidores que vêm para cá. É pela realidade do nosso povo. Andamos na rua e percebemos o que está acontecendo. São essas questões que queríamos discutir neste momento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre deputado Davi Zaia, fico extremamente feliz de ouvi-lo. Lembro que, no mandato passado, tive a oportunidade de fazer um comentário, depois de algumas participações de V. Exa. na tribuna e nas comissões, sobre o excelente mandato que V. Exa. estava fazendo. Mais uma vez quero dizer isso.

Ponderadamente, de forma bem clara, V. Exa. coloca com toda a propriedade o que ocorreu e está ocorrendo com o Brasil.

Não podemos negar que o primeiro Governo Lula teve os seus méritos. Eu sempre disse isso. O presidente Lula, eleito pelo PT, teve a coragem e a dignidade de indicar para presidente do Banco Central, com uma autonomia que jamais o Banco Central teve, o deputado federal mais votado do PSDB de Goiás, Henrique Meirelles. Eu me lembro, eu frequentava Brasília e ouvia as discussões. Heloísa Helena, Chico Alencar e outros deputados do PT saíram do partido por discordarem da política econômica que o presidente estava trilhando, em sequência ao trabalho que vinha sendo feito e que redundou na melhoria das condições de vida. Não foi à toa que ele foi reeleito.

Agora, o segundo mandato já não foi igual e o primeiro mandato da presidente Dilma, lamentavelmente - não digo isso com alegria -, foi muito ruim. Vossa Excelência aponta muito sabiamente os pontos que evidenciam essa queda na qualidade de vida da população brasileira e o decaimento do nosso País no cenário das nações desenvolvidas do mundo.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Muito obrigado, nobre deputado Barros Munhoz, pelas palavras e pelo aparte. Acho que isso

que V. Exa. acaba de colocar é uma questão que temos de estar atentos.

O País não é mais o país que pode ser dividido. Vou falar porque foram os governos que existiram, mas poderíamos voltar ao Governo Itamar Franco. Alguns dizem: "O Governo Fernando Henrique não fez nada certo e o Governo Lula fez tudo certo." Essa discussão, que muitas vezes vejo sendo feita aqui, foi superada pela vida, foi superada inclusive pelo momento em que o PT passou a ser governo.

Esse discurso ficava bem e tinha alguma credibilidade quando o PT era apenas oposição. Quando o PT passou a ser governo, ele adotou como medidas concretas de política econômica e de gestão da coisa pública várias questões que eram criticadas antes.

Na economia, conforme lembrado pelo deputado Barros Munhoz, o presidente do Banco Central foi o Sr. Henrique Meirelles, que atuou com independência, sendo fundamental para que o País avançasse e tivesse melhor solidez. Na prestação do serviço público, aconteceu a mesma coisa. Às vezes, vejo essa discussão se o serviço público deve ser todo estatal, sem a participação da iniciativa privada.

Eu ando pelo Brasil. Prefeituras e estados governados pelos PT adotam o mesmo modelo, isto é, o modelo da participação das organizações sociais como instrumento importante da prestação de serviços. Por quê? Porque todos nós evoluímos nisso. Mais importante do que saber se o serviço é estritamente público ou não, devemos nos preocupar se o serviço é eficiente e atende à população.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-o ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.

17 DE DEZEMBRO DE 2015 085ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e RICARDO MADALENA
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 57/15.
2 - DELEGADO OLIM
Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PLC 57/15, de sua autoria.
3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Encerra a discussão e coloca em votação o PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovada as emendas nºs 1, 24 e 28. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 363/15, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pelo Congresso de Comissões. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados o PL 413/15 e o PL 673/15.
4 - GERALDO CRUZ
Para comunicação, questiona a Ordem do Dia e solicita suspensão dos trabalhos.
5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Por conveniência da Ordem, suspende a sessão às 20h53min, reabrindo-a às 20h54min. Informa que houve um equívoco e recoloca o item 4 novamente em votação.
6 - JOSÉ ZICO PRADO
Encaminha a votação do PL 413/15, em nome do PT.
7 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PL 413/15, em nome do PTB.
8 - GERALDO CRUZ
Para comunicação, contesta o conteúdo da Ordem do Dia da presente sessão.
9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Coloca em votação e declara rejeitado o PL 413/15.
10 - ORLANDO MORANDO
Declara voto favorável ao PL 413/15.
11 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra a manifestação.
12 - CARLÃO PIGNATARI
Requer verificação de votação.
13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Acolhe o pedido e determina que se proceda a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
14 - MILTON VIEIRA
Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo.
15 - DAVI ZAIA
Informa que a bancada do PPS está em obstrução ao processo.
16 - MARCOS NEVES
Informa que a bancada do PV está em obstrução ao processo.
17 - CLÉLIA GOMES
Informa que a bancada do PHS está em obstrução ao processo.
18 - DELEGADO OLIM
Informa que a bancada do PP está em obstrução ao processo.
19 - MÁRCIO CAMARGO
Informa que a bancada do PSC está em obstrução ao processo.
20 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Informa que a bancada do PRB está em obstrução ao processo.
21 - CARLÃO PIGNATARI
Informa que a bancada do PSDB está em obstrução ao processo.
22 - ANDRÉ DO PRADO
Informa que a bancada do PR está em obstrução ao processo.
23 - GERALDO CRUZ
Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo.
24 - ESTEVAM GALVÃO
Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo.
25 - LECI BRANDÃO
Informa que a bancada do PCdoB está em obstrução ao processo.
26 - LUIZ CARLOS GONDIM
Informa que a bancada do SD está em obstrução ao processo.
27 - ED THOMAS
Informa que a bancada do PSB está em obstrução ao processo.
28 - GILENO GOMES
Informa que a bancada do PSL está em obstrução ao processo.
29 - RAUL MARCELO
Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo.
30 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra as manifestações. Anuncia o resultado de verificação de votação, que não alcança número para aprovação do PL 413/15. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados o PL 673/15 e o PL 811/15. Encerra a discussão e coloca

em votação o PL 986/15. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a citada emenda aglutinativa ao PL 986/15, sendo dispensada a sua leitura. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Estevam Galvão, de método de votação ao PL 986/15. Coloca em votação e declara aprovada a Emenda Aglutinativa Substitutiva ao PL 986/15, restando prejudicados os demais itens.

31 - ESTEVAM GALVÃO
Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PL 986/15, que, a seu ver, deve trazer benefícios aos consumidores do estado de São Paulo.

32 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1217/15, restando prejudicado o PL 1371/15. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PDL 18/15.

33 - GERALDO CRUZ
Declara voto contrário, em nome do PT ao PDL 18/15.

34 - WELLINGTON MOURA
Para comunicação, agradece a seus pares a aprovação do PL 1217/15, de sua autoria.

35 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24 e 28. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas. Suspende a sessão, por conveniência da Ordem às 21h13min, reabrindo-a às 21h14min. Coloca em discussão o PL 1298/15.

36 - GERALDO CRUZ
Declara voto contrário, em nome do PT ao PLC 59/15.

37 - CAMPOS MACHADO
Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

38 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Anota o pedido.

39 - RAUL MARCELO
Discute o PL 1298/15 (apartado pelo deputado Gilmaci Santos).

40 - GERALDO CRUZ
Para comunicação, faz questionamento acerca do andamento da sessão.

41 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Dá esclarecimentos sobre a ordem dos itens deliberados na sessão.

42 - RODRIGO MORAES
Para comunicação, indaga qual é a data prevista de deliberação do PLC 39/15.

43 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Informa que a matéria deve ser votada no primeiro semestre do próximo ano.

44 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 1298/15.

45 - RICARDO MADALENA
Assume a Presidência.

46 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência. Encerra a discussão do PL 1298/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PL 1298/15. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1298/15, salvo emendas e subemendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda aglutinativa. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas de nºs 1 a 5 e 7 a 9, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitada a subemenda de nº 6. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas B, C, D e E, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda A. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas nºs 366, 4270, 4271, 4272, 4274, 4275, 4276, 4277, 4278, 4279, 4281, 4282, 4283, 4285, 4290, 4291, 4292, 4293, e 4209. Coloca em votação as demais emendas.

47 - TEONILIO BARBA
Encaminha a votação da emendas ao PL 1298/15, em nome do PT.

48 - RICARDO MADALENA
Assume a Presidência.

49 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência.

50 - BETH SAHÃO
Encaminha a votação das emendas ao PL 1298/15, em nome da Minoria.

51 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação das emendas ao PL 1298/15, em nome do PSDB.

52 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas.

53 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto favorável às emendas do PSOL.

54 - GERALDO CRUZ
Declara voto favorável às emendas ao PL 1298/15 e contrário ao projeto.

55 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra as manifestações.

56 - BETH SAHÃO
Para comunicação, rebate a fala do deputado Barros Munhoz em relação a questão da Saúde Pública e da CPMF.

57 - CARLOS BEZERRA JR.
Para comunicação, faz apelo para apreciação da Urgência do projeto que trata da Defensoria Pública.

58 - LECI BRANDÃO
Declara voto favorável às emendas do PCdoB.

59 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Convoca a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para uma reunião extraordinária hoje, um minuto após o término desta sessão; e a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião extraordinária hoje, a realizar-se um minuto após a anterior.

60 - CAUÊ MACRIS
Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

61 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido e suspende a sessão às 22h21min, reabrindo-a às 22h21min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PDL 16/15, PL 225/09, PL 84/13 e PL 159/14.

62 - GERALDO CRUZ
Declara voto contrário, em nome do PT, ao PDL 16/15.

63 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra a manifestação. Convoca uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Proposições em Regime de Urgência.

Há um requerimento de inversão, para que o Projeto de lei nº 1298, de 2015, passe a constar como último item das Proposições em Regime de Urgência.

Em votação. Aprovado

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2015, de autoria do deputado Delegado Olim. Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos policiais civis do Estado. Parecer nº 1984, de 2015, da Reunião Conjunta das

Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Parabéns ao deputado Olim pela aprovação do seu projeto. O SR. DELEGADO OLIM - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero agradecer a todos os deputados, em nome do Campos Machado, a todos os pares que participaram, ao líder do Governo, ao líder do PSDB e a V. Exa., que mais uma vez mostrou que nesta Casa somos soberanos pelo voto popular. Não temos que dar satisfação ao Palácio sobre o se pode ou não fazer.

Agradeço a Vossa Excelência. Tenha certeza de que pode sempre contar conosco para o que for, que é para o bem do estado de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 59, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Institui na Secretaria da Fazenda do Estado a Corregedoria da Fiscalização Tributária - Corfisp. Com 30 emendas. Parecer nº 1739, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto, às emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24 e 28, e contrário às demais emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3.
Há sobre a mesa requerimento para que a votação do Projeto de lei Complementar nº 59, de 2015, se processe na seguinte conformidade.

Em votação o roteiro. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Projeto de lei Complementar nº 59, de 2015, salvo emendas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Emendas nºs 1, 24 e 28.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

Item 3 - Demais emendas englobadamente.
Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Quanto ao roteiro, peça que V. Exa. fale pelo menos o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nós, deputado Geraldo Cruz, conforme foi discutida a pauta, foi colocado em votação o roteiro do PLC 59, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Foi então colocado em votação e aprovado o roteiro. Nesse roteiro foi posto em votação o item 1, que é o PLC 59, de 2015, salvo emendas. Projeto seco. Foi colocado em votação e aprovado. Depois colocamos o item 2. Tivemos as Emendas nºs 1, 24 e 28, que foram aprovadas. E agora, as demais emendas englobadamente, que foram rejeitadas. Correto, deputado?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 363, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a circulação de veículos de tração de carga realizada por animal e a condução de animais com cargas no Estado. Pareceres nºs 1978 e 1979, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Meio Ambiente, favoráveis. Parecer nº 1980, de 2015, da Reunião Conjunta das Comissões de Atividades Econômicas e de Finanças, favorável com emenda.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 413, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014, que torna obrigatória a presença de farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos. Parecer nº 1902, de 2015, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 673, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a apresentação de prestação de contas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no que se refere à atuação das Organizações Sociais no Estado. Parecer nº 1610, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, contrário. Rejeitado o parecer em discussão e votação prévia. Parecer nº 1985, de 2015, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Projetos de deputados, de Congresso de Comissões, estão sendo votados.

Item 6

Projetos de deputados em que há acordo, que foram colocados na pauta, estão sendo colocados em votação.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Na verdade há um acordo para colocar em votação os projetos de deputados, mas não há acordo em votar favorável a eles. Há declaração de voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Claro, pode fazer declaração de voto contrário.

Item 4, PL 413, de 2015, está aberto para declaração de voto.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, solicito suspensão dos nossos trabalhos por cinco minutos para fazermos um rearranjo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Está suspensa a sessão.

- Suspensa a sessão às 20 horas e 53 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 54 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência, por equívoco, vai recolocar o item 4 em votação, para que não haja dúvidas quanto à colocação.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 413, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014, que torna obrigatória a presença de farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos. Parecer nº 1902, de 2015, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do Partido dos Trabalhadores, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.